

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE DESPORTOS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

LEILANE BARCKI FERNANDES

**O ÁRBITRO DE VOLEIBOL EM SANTA CATARINA:
FORMAÇÃO E COMPETÊNCIAS**

FLORIANÓPOLIS

2011

LEILANE BARCKI FERNANDES

**O ÁRBITRO DE VOLEIBOL EM SANTA CATARINA:
FORMAÇÃO E COMPETÊNCIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Educação Física como requisito parcial para obtenção de título de graduação na Licenciatura em Educação Física. Departamento de Educação Física, Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nívia Márcia Velho.

Co-orientador: Prof. Ms. Mario Luiz Couto Barroso

FLORIANÓPOLIS

2011

LEILANE BARCKI FERNANDES

O ÁRBITRO DE VOLEIBOL EM SANTA CATARINA: FORMAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Trabalho de Conclusão de Curso
aprovado como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciado em
Educação Física pela Universidade Federal
de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Nívia Márcia Velho

Orientadora - CDS/UFSC

Prof. Ms. Mario Luiz Couto Barroso

Co-orientador – CDS/UFSC

Prof. Ricardo Lucas Pacheco

Membro – CDS/UFSC

Profª. Priscila Jochem

Membro – Árbitro Nacional/CBV

FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 2011

Dedico este trabalho a minha mãe, Natalia Barcki que me ensinou a nunca desistir dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me concedido a vida e a família maravilhosa que tenho. Gostaria de agradecer a minha mãe Natalia Barcki pelo amor, carinho, dedicação e apoio, ela é um exemplo de força e garra, a minha verdadeira fonte de inspiração. A minha irmã Nayana, companheira e incentivadora.

A minha irmã, que por obra do destino, não é de sangue, mas é de alma, Bruna Maccari que me acompanhou nesta trajetória universitária, compartilhando alegrias, tristezas, angústias em todos os momentos dentro e fora da universidade.

Ao meu querido professor e grande amigo Ricardo Lucas Pacheco desde o início desta caminhada apoiando meus sonhos e incentivando a busca pelas suas realizações.

Ao professor, técnico, amigo Mario Luiz Couto Barroso com quem aprendi muitas lições acadêmicas e também lições de vida. Obrigada pela confiança.

A minha orientadora Nívia Márcia Velho por buscar sempre o melhor e exigir de mim também o melhor.

Em especial à Federação Catarinense de Voleibol, instituição que cresce a cada dia, da qual me identifico com os profissionais que lá trabalham pela característica de sempre buscar a excelência no que fazem. Meu muito obrigado.

Meninas do Vôlei da UFSC (meu time unido) Bruna, Kamila, Carlinha, Ana Lu, Mag, Pri, Alemoa, Elaine (Nane), Fabi Pilotti, Claudinha, Marina e muitas outras que entraram e saíram mas ficaram marcadas de alguma forma.

Agradeço aos meus colegas da turma 2006/2, muitos merecem ser lembrados e certamente estarão guardados no meu coração: Felipe Viana (Vivi), Patrick (Tick), Heliott, Tatara, Carlos (Shuars). Colegas da turma 2008/2 e de outras turmas.

Meu amigo de todas as horas Gunar Welsch por todos os momentos compartilhados. Aos grandes amigos, todos que fizeram e fazem parte da minha vida: das escolas onde estudei, os lugares onde trabalhei e as equipes que joguei, foram grades aprendizados...

Por fim, e não menos importante, ao meu namorado Alefer que me faz mais feliz a cada dia que passa.

A todos que fizeram parte de mais essa etapa da minha vida que se cumpre, deixo aqui meu reconhecimento e o meu muito obrigado.

FERNANDES, Leilane Barcki. **O Árbitro de Voleibol em Santa Catarina: Formação e Competências.** 2011, Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.

Orientadora: Prof^a Dr^a Nívia Márcia Velho

Co-orientador: Prof. Ms. Mario Luiz Couto Barroso

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o processo atual de formação do Árbitro de Voleibol no Estado de Santa Catarina. Trata-se de uma investigação de natureza aplicada, descritivo do tipo estudo de caso com análise qualitativa. Fizeram parte da pesquisa 5 árbitros que responderam ao questionário semi-estruturado elaborado pela autora, seguido de uma entrevista. Além destes dois instrumentos, foi utilizada documentação da FCV, CBV e FIVB para coleta de dados. Os dados das entrevistas passaram pelo processo de análise de conteúdo. Com base na pesquisa, identificaram-se como competências básicas para a formação de árbitros quatro pilares: 1. Competência Técnica, 2. Competência Física, 3. Competência Social e 4. Competência Mental. Dentro de cada uma destas competências foram identificados os aspectos que devem ser cuidadosamente desenvolvidos visando a formação mais completa e ascensão na carreira de arbitragem. Deve-se observar que segundo os dados coletados, a formação do profissional de arbitragem deve ser trabalhada em parceria com a entidade que irá avaliá-lo, no caso a FCV, e o próprio árbitro interessado na progressão. Este deve dedicar-se ao estudo técnico, buscando auxílio quando necessário e ainda trabalhar os aspectos sociais e mentais a fim de realizar boas atuações quando escalado para arbitrar.

Palavras-chaves: Arbitragem; voleibol; competências; formação profissional.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO	Pág.
ANEXO A – Ofício de autorização para a coleta de dados.....	57
ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	58
ANEXO C – Questionário de Formação, Progressão e Competências....	60

LISTA DE FIGURAS

Figura	Pág
Figura 01 – Localização da equipe de Arbitragem.....	29
Figura 02 – Pilares de Arbitragem.....	30

LISTA DE QUADROS

Quadro	Pág.
Quadro 01 - Composição do Quadro da FCV.....	42
Quadro 02 - Características dos Entrevistados.....	43
Quadro 03 - Escolaridade dos Árbitros Entrevistados.....	45

LISTA DE SIGLAS

ACM	Associação Cristã de Moços
CBV	Confederação Brasileira de Voleibol
COBRAV	Comissão Brasileira de Arbitragem de Voleibol
FAC	Federação Atlética Catarinense
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FCV	Federação Catarinense de Voleibol
FIVB	Federação Internacional de Voleibol

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	14
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
1.3 JUSTIFICATIVA	14
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	16
2.1 ESPORTE E SOCIEDADE	16
2.1.1 ESPORTE E SOCIEDADE BRASILEIRA	21
2.2 REGRAS	21
2.3 ARBITRAGEM E SUA NECESSIDADE PARA OS ESPORTES	24
2.3.1 ARBITRAGEM NO VOLEIBOL	27
2.4 COMPETÊNCIAS.....	30
2.4.1 COMPETÊNCIAS PRESENTES NO VOLEIBOL.....	33
2.5 CONDUTA DE ARBITRAGEM NOS ESPORTES.....	36
2.6 CONDUTA DE ARBITRAGEM NO VOLEIBOL.....	37
3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	38
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	38
3.2 SUJEITOS DO ESTUDO.....	39
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	39
3.4 PROCESSO DE COLETA DE DADOS.....	40
3.5 ANÁLISE DOS DADOS	41
3.6 LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	41
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	41
4.1. CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DO ESTUDO.....	42
4.2 RESULTADOS DE QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS	43
4.2.1 Conteúdo.....	44
4.2.2 Perfil e Conhecimento Prévio	45
4.2.3 Auxílio e Orientação.....	46
4.4.4 Avaliações e Critérios.....	47
4.4.5 Comportamento e Desempenho.....	48
4.4.6 Competências.....	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53
ANEXOS.....	56

1. INTRODUÇÃO

1.1 O PROBLEMA

Hoje o voleibol é um dos esportes mais populares no mundo, sendo praticado em muitos lugares como escolas, ginásios, universidades, parques, clubes, praia, entre outros. No Brasil, cerca de quinze milhões de pessoas praticam a modalidade de forma regular ou ocasional. Entre estes, aproximadamente 85 mil são registrados como atletas profissionais. Com estes números, o voleibol é classificado como a segunda modalidade com o maior número de adeptos, ficando atrás somente do futebol que tem o dobro de praticantes. (DACOSTA, 2006) Segundo dados da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV), órgão máximo sem fins lucrativos que regulamenta, gerencia e promove competições no país, a modalidade movimentava anualmente milhões de reais.

A partir do ano de 1997, o voleibol brasileiro passou a ser o grande vencedor de competições mundiais, tornando-se um adversário a ser derrotado por muitas das grandes seleções dominadoras da modalidade no quadro internacional. (CBV, 2011)

A evolução levou à profissionalização de muitas equipes no país. O campeonato nacional que ocorre desde 1988 oferece aos atletas e membros participantes uma forma de sustento, se dedicando aos treinamentos e representando seus clubes de maneira exclusiva. (CBV, 2011)

Este voleibol de alto nível presente em território nacional fez com que a arbitragem também se adaptasse ao novo quadro estabelecido, formando assim pessoas capacitadas para arbitrar partidas da maneira mais correta, utilizando o bom senso e tomando decisões da forma mais correta de acordo com as regras

estabelecidas pela Federação Internacional de Voleibol - FIVB. (PEREIRA; SANTOS; CILLO, 2007)

O voleibol passou nos últimos anos por uma série de modificações na estrutura externa no que se refere à organização de clubes, federações e entidades envolvidas, mas também se modificou dentro de quadra com jogadas caracterizadas pela velocidade e agilidade, além da especialização dos atletas fisiologicamente ao saltar mais alto, procurando fazer o menor número possível de infrações como o toque na rede e a penetração na área de ataque. (Regra 11.4 e 13.3.3 respectivamente). Cabe ao árbitro acompanhar a evolução, modernizar-se e se adaptar a essas modificações. Essas adaptações surgem de forma autônoma aos árbitros visto que estes devem administrar o seu trabalho paralelo, vida familiar, trabalho com a arbitragem que inclui o tempo de preparação e estudo das regras e regulamentos, levando em conta que não recebem o apoio logístico de nenhum clube como no caso dos atletas, por exemplo. (VELHO, 2011)

O voleibol surgiu como atividade recreativa no interior dos Estados Unidos, apresentado e idealizado pelo professor William Morgan no ano de 1895. Não há uma data para o surgimento da arbitragem nos jogos, porém sabe-se que inicialmente este papel era desenvolvido por praticantes convidados das arquibancadas antes do início das partidas, normalmente ex-atletas ou atletas das equipes que não estavam jogando, assim denominados “neutros” e, teoricamente não decidiriam erroneamente favorecendo uma ou outra equipe. (FIVB, 2011)

A partir do ano de 1915, iniciaram-se as primeiras competições oficiais no Brasil, com regras e regulamento definidos sob organização da ACM (Associação Cristã de Moços) na cidade de Recife em Pernambuco. Portanto acredita-se que a modalidade já era praticada anteriormente na região de forma não-oficial. Só no ano de 1954 foi criada a Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) com o objetivo de difundir e organizar o voleibol em todo território nacional. (CBV, 2011)

A Federação Catarinense de Voleibol (FCV) surgiu a partir do desmembramento da Federação Atlética Catarinense, no ano de 1994. A FAC era a uma federação única que reunia diversas modalidades como o voleibol, basquete, ciclismo, atletismo e tênis de mesa. A partir do ano de 1994, cada esporte acabou criando sua própria federação e assim também se deu com o Voleibol. Atualmente, é a FCV que regulamenta e promove as competições oficiais no estado de Santa

Catarina, sendo filiada à Confederação Brasileira de Voleibol desde o ano de sua fundação. (FCV, 2011)

De acordo com as regras oficiais, cada partida oficial é realizada por um primeiro árbitro responsável por dirigir o jogo do início ao fim. Além disso, ele tem autoridade sobre todos os membros das equipes e integrantes da equipe de arbitragem. Auxiliando o primeiro árbitro de forma direta, temos um segundo árbitro que tem suas competências e responsabilidades a serem cumpridas antes, durante e após a partida. Registrando todos os procedimentos que ocorrem na partida temos um apontador, que deve preencher a súmula, documento oficial do jogo, sendo auxiliado por um apontador assistente – cuja presença não é obrigatória conforme o regulamento da Confederação. Completando a equipe de arbitragem temos os juizes de linha, que não possuem formação específica para esta função. Todos os juizes de linha recebem a mesma formação como árbitros e são escalados para esta função mediante desempenho em competições anteriores pela Federação. (CBV, 2011)

No primeiro semestre deste ano – 2011 o quadro de arbitragem da Federação Catarinense de Voleibol é composto por 56 árbitros e 22 apontadores e 7 delegados totalizando 85 profissionais distribuídos em cinco categorias. Iniciante, Regional, Aspirante a Nacional, Nacional e Internacional.

Nas Diretrizes e Instruções de Arbitragem, documento produzido pela Federação Internacional de Voleibol, é recomendado logo na introdução para todos os árbitros internacionais, que devido à importância das competições internacionais, todos devem estar preparados para cumprir os seus deveres com a melhor condição física e psicológica, pois os árbitros devem compreender o significado e a importância do seu desempenho para o voleibol moderno. (FIVB, 2011)

A Federação Internacional de Futebol (FIFA) recomenda aos seus instrutores credenciados que sejam desenvolvidos em seus cursos de arbitragem e aprimoramento, quatro pilares básicos: aspectos técnicos, físicos, sociais e mentais. (VELHO, 2010)

Considera-se que estes aspectos mencionados pela FIFA são também utilizáveis para a formação de árbitros de voleibol. Levando em consideração a importância da equipe de arbitragem para o desenvolvimento da partida de voleibol, deparou-se com a seguinte questão de estudo: Como se dá o processo atual de formação e quais são as competências profissionais necessárias do árbitro de voleibol no estado de Santa Catarina?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL:

Analisar o processo atual de formação do árbitro de voleibol no estado de Santa Catarina.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Apresentar a atual situação do quadro de arbitragem de voleibol em Santa Catarina.
- Verificar perfil formativo dos participantes da pesquisa.
- Identificar, dentro das competências apresentadas, os aspectos mais importantes no processo de formação do árbitro de voleibol em Santa Catarina.
- Descrever os procedimentos necessários para ingressar e progredir (formação) na carreira de árbitro.

1.3 JUSTIFICATIVA

Realizar uma pesquisa relacionada à arbitragem de voleibol surgiu como necessidade de investigar e produzir materiais que sirvam de referência nesta área visto que o campo bibliográfico é limitado. A idéia surgiu da vivência da pesquisadora nesta área esportiva atuando como atleta desde os 8 anos representando a cidade de Florianópolis e a Seleção da Universidade Federal de Santa Catarina desde o ano de 2006 quando ingressou na graduação. Neste período, realizou um curso de formação promovido pela FCV no ano de 2008, obtendo aprovação e passando a compor o quadro oficial de arbitragem da instituição.

Participando de muitas competições de diferentes categorias e com diferentes grupos de árbitros desde seu ingresso, observou as dificuldades, limitações e lacunas no desenvolvimento da carreira do árbitro de voleibol. Surgiu então a

necessidade de pesquisar sobre a formação e os conteúdos formativos que estão se desenvolvendo na Federação Catarinense visto que a cada ano esta entidade melhora sua participação em eventos nacionais, destacando árbitros e equipes no cenário do voleibol brasileiro.

Pesquisas relacionadas à arbitragem de qualquer modalidade são escassas no campo da educação física do país. Tratando-se de voleibol, o campo é ainda menor, portanto realizar uma pesquisa sobre a formação específica destes profissionais tão importantes no cenário esportivo vem de encontro à necessidade de produzir material bibliográfico que sirva de fonte para pesquisas futuras.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ESPORTE E SOCIEDADE

O esporte tem sido desde há muito tempo uma espécie de espelho das relações sociais estabelecidas (AZEVEDO, 2002). Esta afirmação se esclarece quando relacionamos fatos que ligam a prática esportiva aos seus praticantes. Desde os primórdios, práticas com caráter esportivo eram de domínio total da elite da sociedade. A história nos mostra que havia monumentos de egípcios, babilônios, assírios e hebreus praticando lutas, jogos com bola, natação, acrobacias e danças. (TUBINO, 1992)

Barroso (2005), em seu artigo sobre a Violência no Futebol trás as origens de jogos com bola na antiguidade. Há relatos de jogos que usavam o implemento feito de bambu envolvendo pés e mãos desde 5.000 a.C. na China e 4.500 a.C. no Japão. Durante o reino de Yang-Tsé, oito jogadores disputavam uma bola feita de couro e recheada com crina de cavalo. Esse jogo evoluiria para o *tsu-chun* (*tsu* = chutar; *chun* = bola de couro) já no império de Cheng-Ti (32 a.C). Na Grécia, em 800 a.C., praticava-se o *epyskiros*, base para o *haspartum* romano, de onde se originaram inúmeros jogos ocidentais, do Futebol ao Tênis. O *haspartum* consistia de duas equipes dispostas em um campo retangular, demarcado por linhas laterais e uma linha divisória central, com o objetivo de levar a bola do jogo para além das linhas adversárias. A bola era passada de jogador em jogador e todo o tipo de truques e trapaças eram aceitos, acompanhados por manifestações bem exaltadas das torcidas.

Na Grécia antiga, os exercícios físicos e atividades esportivas tiveram realce, primordialmente pela importância que receberam na educação e pelo lugar que ocuparam nas celebrações e festas. O auge destas celebrações deu-se com o nascimento dos Jogos Olímpicos disputados em Olímpia durante 12 séculos de quatro em quatro anos, provocando trégua entre guerras durante o período de competições. Apenas homens livres de cidadania grega participavam dos jogos. Escravos, mulheres e estrangeiros não podiam participar. As mulheres não podiam nem mesmo assistir as disputas. Há registros oficiais que os primeiros jogos ocorreram em 776 a.C, na Grécia e eram realizados em homenagem a Zeus, o Rei dos Deuses. A celebração dos Jogos Olímpicos durou até 393 d.C, quando foi banida por questões religiosas pelo imperador romano Teodósio. (TUBINO, 1987)

O jogo fazia parte da sociedade, porém não como conhecemos hoje. Essas práticas eram utilizadas como verdadeiras válvulas de escape para a explosão da violência. A partir do século XIV já se encontrava referências seguras de um jogo que chamavam de Futebol, porém o jogo daquela época criava muitos problemas de comportamento na sociedade. Gerava muita violência entre os participantes, deixava a torcida exaltada por não possuir regras quanto ao número de participantes e as ações que poderiam ou não ser feitas durante as partidas. A prática chegou a ser proibida por decreto do rei Edward II em 1314. (BARROSO, 2005)

As tradições populares medievais eram transmitidas oralmente, de geração para geração, pelas massas iletradas. Não havia o costume de se redigir regras de jogos, e os filhos simplesmente jogavam como seus pais haviam jogado antes - ou, pelo menos, como pensavam que jogavam. Sem qualquer documento orientador ou árbitro, as partidas eram disputadas conforme os costumes de cada comunidade e, tanto quanto se sabe, “o caráter do jogo se traduzia num confronto entre grupos diferentes, o prazer da luta era manifesto e espontâneo, a desordem e o nível relativamente elevado de violência física socialmente tolerada eram sempre os mesmos” (ELIAS; DUNNING, 1992 *apud* BARROSO, 2005).

Por aproximadamente 500 anos, o jogo permaneceu duro, violento e desorganizado e em meados do século XVII, começaram a surgir modificações que visavam regulamentar a prática. Porém a idéia de “civilizar” surgiu promovendo um elevado nível de disputa não violenta e estabelecendo um equilíbrio. As grandes mudanças só se efetivaram no início do século XIX nas famosas universidades e

escolas públicas inglesas, instituições de ensino voltadas a elite burguesa da época. (BARROSO, 2005)

O Esporte moderno tem origem na aristocracia e surgiu como prática não produtiva, típica, portanto, desta classe social caracterizada pelo não trabalho. Ao longo do século XVIII, o esporte se associava ao ócio, à disponibilidade de tempo livre e ao desapego a finalidades pragmáticas. (AZEVEDO, 2002)

A partir do século XIX, surge grande parte as modalidades conhecidas atualmente como o tênis e posteriormente o basquete, o voleibol, seguido de outras modalidades, como o handebol. (ALMEIDA;GUTIERREZ, 2009)

Neste período de final de século, o barão francês Pierre de Coubertin surge a com a idéia de restaurar os Jogos Olímpicos inspirado pelas descobertas que eram feitas sobre este evento da antiguidade. Ele propôs em 1894 que fosse restituída a tradição da prática de um evento esportivo que envolvesse diversos países do mundo e que fosse realizado de forma periódica. (COB, 2011)

No ano de 1896, foram disputados em Atenas as Olimpíadas da Era Moderna, com a participação de 285 atletas de 13 países, disputando provas de atletismo, esgrima, luta livre, ginástica, halterofilismo, ciclismo, natação e tênis. Os vencedores das provas foram premiados com medalhas de ouro e ramos de oliveira. (COB, 2011)

Surge então à necessidade de uniformizar as práticas das modalidades recém-criadas. Unificar as regras, introduzir elementos com intuito de diminuir a desorganização e conseqüentemente a violência gerada nas disputas esportivas. Cada modalidade cria suas federações e confederações que passam a organizar e gerenciar todas as competições que envolvem o nome daquela modalidade no mundo. (SILVA, 2007)

Os anos sessenta do século passado ficaram marcados como um período de importantes transformações sócio-culturais, muitas delas decorrentes da Guerra do Vietnã e da Guerra Fria. O esporte não esteve longe desse espectro. Ao contrário, foi uma das mais fortes expressões da Guerra Fria travada entre as duas superpotências de então, tanto de forma direta entre si, quanto indireta pelos países que compunham seus blocos de força. Muito em função dessa disputa, o treinamento desportivo desenvolveu-se de forma espantosa, levando os resultados a patamares não imaginados e também a um incremento maciço dos procedimentos de *doping*. Correspondente a esta tecnologização da performance foi a reprodução e

disseminação das imagens esportivas, que possibilitaram às décadas posteriores o crescente investimento na transmissão em tempo real dos espetáculos esportivos. (VAZ, 2005)

No mundo moderno, o esporte cresce periodicamente de muitas formas. O número de praticantes, a indústria ao seu redor, a proliferação de bens e de serviços relacionados a esta área, os recursos disponíveis, são indicativos seguros do papel crescente desempenhado por ele na sociedade. O esporte tornou-se uma das mais novas fontes de geração de negócios e riqueza em todo o mundo. Sua relevância não se restringe ao campo econômico, e passa pela Sociologia, Antropologia, Filosofia, História entre outros. (AZEVEDO, 2002)

A mídia surge neste cenário como uma grande alavanca impulsionando e proporcionando acesso ao esporte as mais variadas classes sociais e aos lugares mais remotos do mundo. O Futebol pode ser citado como um exemplo de disseminação por meio da mídia, pois no ano de 2006 a Copa do Mundo teve audiência acumulada de cerca 30 bilhões de espectadores em mais de 213 países, por meio dos veículos de comunicação como a internet, o jornal, a televisão e o rádio. (BARROSO, 2007)

Para Tubino (1992), o exame diário do esporte pela mídia prova de forma inequívoca o interesse da população mundial por este fenômeno. Também o aumento considerável do número de praticantes de esporte no mundo e o surgimento ininterrupto de novas modalidades esportivas, sob diferentes perspectivas, evidenciam que o esporte, pela sua crescente relevância social, tornou-se um dos mais importantes fenômenos do século XX.

Consideramos então que o esporte, na sua origem, derivava de jogo e brincadeira. Eles eram parte da cultura, como expressão das tradições do sagrado ou do profano, consistindo em uma atividade essencialmente lúdica de caráter ritual. Pelas exigências físicas, estas atividades celebravam o corpo, a força, a beleza e o mágico. (TUBINO, 1992)

O esporte moderno retira o caráter ritual mágico religioso do esporte e o transforma em algo secularizado, sem estruturar-se na religião, incorporando elementos racionais, como medidas, recordes ou igualdade de chances. (ALMEIDA;GUTIERREZ, 2009)

Como parte do processo de racionalização, o esporte, segundo uma visão weberiana, perderia o seu caráter religioso, conservando o culto ao corpo, o

conteúdo lúdico e o ritual simbólico da equipe, das cores e do pertencimento. Entretanto, o esporte de alto-rendimento não é brincadeira. Poderemos colocar o lúdico na prática esportiva desinteressada, pois o esporte de alto-rendimento é algo muito sério que, há muito, deixou de ser uma atividade desinteressada e gratuita, apesar de ainda possuir esta dimensão no esporte amador, esporte educativo e esporte de lazer. O esporte de alto-rendimento passou do jogo ao esporte não-lúdico, uma atividade regulada por normas estritas. (VAZ, 2005)

O esporte opera como uma espécie de válvula de escape, pois a incorporação de hábitos mais racionais, controlados, leva a uma repressão exterior, conter os gestos e palavras, e interior, proibir-se de pensar em atos violentos. No esporte as pessoas podem exercitar a violência sem a repressão do violento, no espaço físico e social delimitado pelo esporte as pessoas podem expressar sentimentos fortes e apaixonados represados pelo controle social. A expressão tem os limites de um descontrole controlado, isto é, sem ir até o limite daqueles impulsos destrutivos próprios da sua luta pela satisfação das necessidades mais primárias. Esta característica do esporte pela visão de Elias (1980) é percebida nas diferentes manifestações esportivas.

Avançando as discussões sobre o esporte, hoje podemos afirmar que ele possui distintas dimensões: uma voltada ao alto-rendimento com patrocínios, mídia, regras rígidas, superioridade, vencer a qualquer custo, biótipo, ciência do treinamento. Outra seria a dimensão educativa, dos valores do esporte como cooperação, participação, conhecimento do corpo, das modalidades e do universo desportivo, encontra-se tanto na escola formal como nos locais de ensino esportivo não-formais, como as escolinhas de esporte. Lembremos da dimensão lúdica que busca adaptar a prática esportiva privilegiando uma ampla participação, transmite valores, porém sem uma preocupação tão clara como no esporte educação. Nas práticas de esporte lúdicas encontramos o esporte amador, com características muito próximas do alto-rendimento, ou as voltadas para questões estéticas, e por último, a busca da qualidade de vida no esporte e o esporte como fator de saúde. (ALMEIDA;GUTIERREZ, 2009)

2.1.1 ESPORTE E SOCIEDADE BRASILEIRA

O esporte desempenha um importante papel na formação do homem e da vida em sociedade, matriz de socialização e transmissão de valores, forma de sociabilidade moderna, instrumento de educação e fonte de saúde, estes são alguns dos atributos do fenômeno esportivo. Particularmente no caso brasileiro, o esporte é parte fundamental da cultura do país tomada como representação da identidade nacional, incorporando na sua prática os valores da sociedade. O esporte é espetáculo ritual. Com a camisa e hinos, com as paixões e desilusões, enfim é o pulsar da cultura viva. E, no mundo contemporâneo, o esporte é também um grande negócio que movimenta bilhões e bilhões de dólares. Constitui, portanto, fenômeno social observável na vida cotidiana que se articula com símbolos culturais, produção cultural, economia e política. (ALMEIDA;GUTIERREZ, 2009)

2.2 REGRAS

Flores (2004) explana em artigo idéias de Skinner (1969), onde ele adota o termo *regra* para se referir a casos que normalmente chamamos de regra no dia-a-dia, mas também inclui numerosos casos que vão além desse uso cotidiano. Assim, ele lista no tópico “Alguns tipos de regras” fenômenos muito diversos, como leis científicas, máximas e provérbios, resoluções e planos, modelos a serem imitados, instruções, padrões a serem seguidos e textos (ele considera qualquer texto como sendo, ele próprio, uma regra de como deve ser lido).

O mesmo autor cita a gramática, as normas religiosas, as normas éticas e leis governamentais, conselhos, avisos, comandos ou ordens, mapas, relógios, entre outros. Os exemplos são citados para mostrar quão amplo é o conceito de regra proposto por Skinner e como ele se constitui numa extensão do uso cotidiano (por exemplo, não é usual chamar um relógio de regra no dia-a-dia). Embora vá além do uso cotidiano, essa ampliação, em geral, não escapa totalmente de uma família de características relacionadas ao conceito de regra e a outros conceitos afins. A generalidade é uma das características mais importantes quando se fala em regras, pois elas são gerais, se aplicam a vários eventos e ocasiões ou várias pessoas. É o caso das modalidades esportivas (Flores, 2004).

No voleibol, as primeiras regras nasceram juntamente com a modalidade em 1895. William George Morgan queria ensinar aos seus alunos da ACM (Associação Cristã de Moços) um jogo competitivo, mas também recreativo menos intenso e menos violento que o basquete, esporte este que acabara de surgir e se incorporar aos programas de ensino das faculdades locais. (FIVB, 2011)

Naquela época Morgan não sabia de nenhum jogo semelhante ao voleibol que poderia guiá-lo então, ele o desenvolveu um jogo, a partir de seus próprios métodos de treinamento esportivo e sua experiência prática no ginásio da ACM. Descrevendo suas primeiras experiências ele disse:

"Em busca de um jogo apropriado, o tênis me ocorreu, mas para isso são necessários raquetes, bolas, equipamentos de rede e outros e por isso foi eliminado, mas a idéia de uma rede parecia uma boa. Nós a elevamos a uma altura de cerca de 6 metros, 6 polegadas (1,98 metros) a partir do solo, logo acima da cabeça de um homem médio. Precisávamos de uma bola e entre aquelas que tentamos foi uma câmara de basquete, mas isso era muito leve e muito lenta. Por isso, tentei a de basquete em si, que era muito grande e muito pesada." (FIVB, 2011)

No final, Morgan solicitou à firma AG Spalding & Bros para fazer uma bola, o que confeccionaram em sua fábrica no estado de Massachusetts. O resultado foi satisfatório: a bola foi revestida em couro com um tubo de borracha interior, a sua circunferência não foi inferior a 25 nem superior a 27 polegadas (63,5 cm e 68,6 centímetros, respectivamente) e seu peso não inferior a 252 e não mais de 336 gramas. (FIVB, 2011)

Em seguida, ele solicitou a alguns amigos um auxílio para elaborar os conceitos básicos do jogo gerando assim as primeiras 10 regras. Após um jogo demonstração promovido por Morgan no ginásio da ACM, ele confeccionou um manuscrito das regras e ofereceu aos diretores de Educação Física da ACM para que a modalidade recebesse sugestões visando a sua promoção do jogo e do ensino. (FIVB, 2011)

Um breve relato sobre o novo jogo e suas regras foi publicado na edição de julho de 1896 da publicação "Educação Física" e as regras foram incluídas na edição 1897 do guia oficial da primeira Liga Atlética Norte-Americana da ACM. (CARNELOÇO, s.d.)

A partir deste momento, inicia-se a expansão mundial da modalidade que nasceu nos Estados Unidos, foi para o Canadá e em seguida para a Ásia e o resto do mundo. As primeiras regras para este novo jogo que surgiu com o nome de “minonette” eram descritas de forma simples como Carneleço (s.d.) descreve a seguir:

1. Jogo: o jogo deve consistir de nove pontos.
2. Pontos: um ponto consiste de: a) quando uma pessoa joga de cada lado, um saque para cada lado; b) quando 3 ou mais estão jogando de cada lado, o jogador sacando, continua a fazê-lo até que seu time falhe no retorno da bola para o outro lado. Cada um sacará por seu turno.
3. Campo: 15,250m de comprimento por 7,65 de largura.
4. Rede: 60 cm de largura por 8,235m de comprimento a uma altura de 1,90m aproximadamente.
5. Bola: a bola deve ser uma câmara de borracha coberta de couro ou lona. Deve medir não menos que 0.625 ou mais que 0.675m de circunferência e deve pesar não menos que 255 gramas nem mais que 340 gramas aproximadamente.
6. Sacador e Saque: o sacador precisa manter-se com um pé sobre a linha de fundo. A bola precisa ser batida com a mão. Dois saques ou tentativas são permitidas para colocar a bola no campo contrário (como no tênis). O saque que for tocar a rede, mas que for tocado por um outro jogador do mesmo time antes de tocar a rede, se passar para o lado oposto, será bom. Se for fora, o sacador não terá segunda tentativa.
7. Pontos: cada bom saque que não voltar ou bola em jogo não devolvida pelo time que a recebe, conta ponto para o time que saca. Um time somente marca ponto quando estiver sacando.
8. Bola na rede: bola que tocar na rede, excetuando a do primeiro saque, é contada como bola morta.
9. Bola na linha: a bola que tocar na linha é considerada fora.
10. Jogo e Jogadores: qualquer número de jogadores. Rede tocada pelos jogadores põe a bola fora de jogo. Preencher a bola é falta. A bola tocando qualquer objeto fora da quadra e voltando para esta é contada

como bola boa. O drible é permitido dentro do espaço de 1,20 m da rede.

A partir de 1900 estas regras começaram a se modificar e até hoje são feitas reuniões pelos órgãos responsáveis a fim de melhorar a prática e a dinâmica do jogo. As regras oficiais passaram pela última reformulação no ano de 2008 e entraram em vigor em todas as competições oficiais do ano seguinte, 2009. O livro está dividido em oito capítulos separados em três seções, totalizando assim 28 regras que passam por equipamentos e ações precedentes ao jogo, ações durante o jogo e também procedimentos pós jogo com todas as especificações sobre a equipe de arbitragem e as suas responsabilidades. A comissão que reedita o livro utiliza a língua inglesa para a produção do material que ao chegar ao Brasil é traduzido pela COBRAV e repassado a todas as federações e conseqüentemente aos árbitros pertencentes ao quadro (FIVB, 2011).

2.3 ARBITRAGEM E SUA NECESSIDADE PARA OS ESPORTES

No desenvolvimento de qualquer competição esportiva, os árbitros que participam da competição, inevitavelmente constituem um dos elementos mais relevantes de todo o processo, a sua importância é imensa, pois ademais, são os que se encarregam de coordenar e intermediar, como uma das funções prioritárias, entre outras, duas grandes figuras do evento esportivo: Atletas e treinadores. Os árbitros são elementos essenciais para o funcionamento de todo tipo de competições esportivas organizadas, abarcando desde o esporte infantil até o profissional de alto nível. (VELHO, 2010)

Segundo Lima, (1982) não há competição desportiva oficial que dispense uma equipe de arbitragem. É ela que faz respeitar as regras do jogo, é ela que oficializa os resultados. Colocados acima dos competidores, os árbitros apresentam-se sozinhos perante todos os outros intervenientes do ato desportivo e são freqüentes alvos do fogo cruzado de críticas, denúncias, vexames e até agressões físicas que não dignificam a prática desportiva.

Os árbitros são os indivíduos responsáveis por fazer cumprir as regras, os regulamentos e o espírito de jogo ou esporte ao qual estão submetidos e intervir

sempre que necessário, no caso, quando a regra é violada ou algo incomum ocorre. (PEREIRA *et al*, 2007)

O árbitro tem somente uma fração de segundo para ver, interpretar, raciocinar, analisar e emitir o sinal da sua decisão, sem poder rever a ação, e se falhar em um destes pontos, o seu julgamento poderá ser impreciso. (NUNES, 2002)

De acordo com a Lei 9615/98 a atividade do árbitro de voleibol não é considerada profissional. Na referida legislação encontra-se o seguinte: “os árbitros e auxiliares de arbitragem poderão constituir entidades nacionais e estaduais, por modalidade desportiva ou grupo de modalidades, objetivando o recrutamento, a formação e a prestação de serviços às entidades de administração do desporto”. Define, ainda, em parágrafo único: independentemente da constituição de sociedade ou entidades, os árbitros e seus auxiliares não terão qualquer vínculo empregatício com as entidades desportivas diretivas onde atuarem, e sua remuneração, como autônomos, exonera tais entidades de quaisquer outras responsabilidades trabalhistas, securitárias e previdenciárias.

Refletindo sobre este conceito de arbitragem, vale lembrar que numa disputa esportiva estão também em jogo o profissional (jogador) e o amador (árbitro). O árbitro não tem vínculo empregatício de ordem esportiva, nesta função, portanto torna-se elemento fundamental para sua arbitragem que lhe sejam asseguradas pelos órgãos gestores da modalidade, condições para que ele possa se preparar adequada e competentemente para exercer a sua função no jogo. (NUNES, 2002)

Durante partidas decisivas, como por exemplo, a final de um Campeonato Mundial ou de uma Olimpíada, espera-se que o árbitro faça uso dos conhecimentos tácito e explícito para lidar com a responsabilidade e com a importância de jogos como estes. Podemos reconhecer como conhecimento explícito, aquele que é formal, regrado, claro e fácil de ser comunicado como as regras, regulamentos, sinalização e súmula das competições, bem como a preparação física. Já a análise, a interpretação e a aplicação em situação de jogo fazem parte do conhecimento tácito juntamente com valores, educação e crenças relacionados à cultura do indivíduo. (VELHO, 2010)

No mesmo estudo, Velho (2010) reconhece também a necessidade da preparação psicológica para que o árbitro possa lidar de forma equilibrada com situações de estresse e pressão, antes, durante e após a realização das partidas. É

necessário ao árbitro, apresentar um controle emocional em suas ações ligadas ao processo tomada de decisão durante todo o jogo.

Em pesquisa sobre arbitragem no futebol de campo - estresse como produto de controle coercitivo Pereira *et al.* (2007), afirmam não existir um modelo de bom árbitro, pronto e definido. Os árbitros, como seres humanos que são, devem encontrar seus caminhos e recorrer a trajetórias distintas. Falam de algumas características apresentadas: consistência, comunicação, capacidade de decisão e julgamento, equilíbrio, integridade, confiança, prazer e motivação.

Este mesmo artigo aborda a questão do comportamento encoberto caracterizado pelo nervosismo e o erro, ou atuação ruim da arbitragem. Segundo os autores, seria necessária uma combinação entre competências mentais e capacidades físicas para a formação de um bom árbitro. Sendo assim, a formação do árbitro deve trabalhar também o treinamento mental, fazendo uso e desenvolvendo as competências mentais além das outras competências. (PEREIRA *et al*, 2007)

Somente nos jogos Pan-americanos realizados no ano de 2007 no Rio de Janeiro foram disputadas 41 modalidades esportivas e cada uma delas só é caracterizada como modalidade se tiver uma equipe de arbitragem fazendo seu julgamento e seguindo as regras daquela modalidade. Dados do Comitê Olímpico Brasileiro mostram que dentro do programa de modalidades que serão disputadas nas olimpíadas de Londres no ano de 2012, estão 26 esportes. Cerca de 10.500 atletas de 205 países, irão se unir no continente europeu buscando os melhores resultados e visando gravar seus nomes na história esportiva. (COB, 2011)

Voltando um pouco no tempo e na história, verifica-se que a figura do árbitro só surgiu em 1868, na época em que algumas modificações foram empreendidas no futebol. Ele inicialmente atuava fora do campo e só intervinha quando havia discordância entre os jogadores sobre alguma ocorrência em campo, ou seja, quando algum atleta reclamava. Quando passou a atuar dentro de campo, vestia calças e jaquetas, corria o campo todo, parava o jogo aos gritos para comunicar/sinalizar que uma infração acontecera. Em 1874, ainda com a função de apenas dirimir dúvidas entre os capitães das equipes, era escolhido um indivíduo para controlar o jogo. (DUARTE, 1997).

Com o surgimento da FIFA, em 1904 a regulamentação e a arbitragem do futebol passaram a um nível mais elevado de organização. A criação das outras

federações levou a uniformidade das outras modalidades esportivas como é o caso do voleibol. O nascimento da Federação Internacional de Voleibol (FIVB), deu-se 43 anos após a do futebol com o mesmo intuito de padronizar as regras, gerenciar as competições e regulamentar a prática do esporte no mundo.

2.3.1 ARBITRAGEM NO VOLEIBOL

No estado de Santa Catarina, o órgão que regulamenta a prática da modalidade é a Federação Catarinense de Voleibol (FCV) que está vinculada a Confederação Brasileira de Voleibol (CBV). Além de promover e regulamentar as competições, este órgão é responsável pela seleção e formação de árbitros que passam por avaliações em competições, para posteriormente serem promovidos pela Comissão Brasileira de Arbitragem de Voleibol (COBRAV), órgão este da Confederação Brasileira encarregado de deliberar sobre todos os assuntos referentes ao cumprimento de regras oficiais e dos regulamentos que regem o voleibol no país. (CBV, 2011)

Atualmente, em uma partida oficial de voleibol faz-se necessária a presença de sete pessoas para compor a equipe de arbitragem e um delegado do jogo responsável por decisões administrativas que envolvem a partida. (CBV, 2011)

Entre os sete membros estão o primeiro árbitro que é o responsável por dirigir a partida do início ao fim e tem autoridade sobre todas as decisões sendo seus julgamentos os que prevalecem sobre os demais membros da equipe de arbitragem. Ele se localiza em uma das extremidades da rede, sobre a cadeira de arbitragem, podendo lá permanecer de pé ou sentado. O segundo árbitro deve ficar na outra extremidade da rede e desempenhar suas funções de assistente, permanecendo de pé, fora da quadra, próximo ao poste e de frente para o primeiro árbitro. O apontador é quem registra na súmula todos os pontos, solicitações e irregularidades durante a partida de acordo com as regras. Deve permanecer sentado na mesa do apontador, no lado oposto e de frente para o primeiro árbitro. O apontador assistente (é obrigatório em competições mundiais e oficiais da FIVB, nos jogos da CBV também são utilizados.) auxilia o apontador em suas funções e ainda registra trocas envolvendo líberos em uma súmula específica. Este se localiza ao lado do apontador na mesa para eles designada. (FIBV, 2011)

Por fim, a equipe de arbitragem se completa com os juízes de linha. Cada um é responsável por atender e sinalizar o ocorrido em uma linha específica da quadra totalizando assim quatro juízes de linha. (FIVB, 2011)

A função do árbitro durante uma partida de voleibol é a de assegurar que os competidores cumpram com as regras da modalidade, para isso, são considerados autoridades ao longo da disputa, sendo os únicos capazes de advertir, punir, expulsar e desqualificar um atleta (FCV, 2011).

Os cursos de formação promovidos pela FCV e sob supervisão da CBV classificam o selecionado, deixando-o apto a participar da arbitragem de jogos em todo o território catarinense sendo inicialmente inscrito na categoria iniciante. (CBV, 2011)

Para ser promovido à categoria regional e entrar para o quadro da CBV, podendo participar de competições regidas e organizadas por ela, o árbitro deve estar inscrito na categoria iniciante por no mínimo um ano e no máximo dois, ter atuado com bom aproveitamento técnico de acordo com relatório de avaliação e ainda ser considerado de real capacidade pelo departamento de Árbitros da Federação (FCV, 2011).

A partir da categoria aspirante à nacional, as avaliações passam a ser diretamente regidas pela COBRAV e acompanhadas pela FCV. A promoção à aspirante obedece aos requisitos como, estar escrito na categoria regional a mais de dois anos, ter sido aprovado na avaliação autorizada pela COBRAV que normalmente ocorrem em competições nacionais. No ano em que é promovido à categoria aspirante a nacional, o árbitro entra para o quadro da FIVB ficando apto a trabalhar em competições internacionais dentro do país. (COBRAV, 2011)

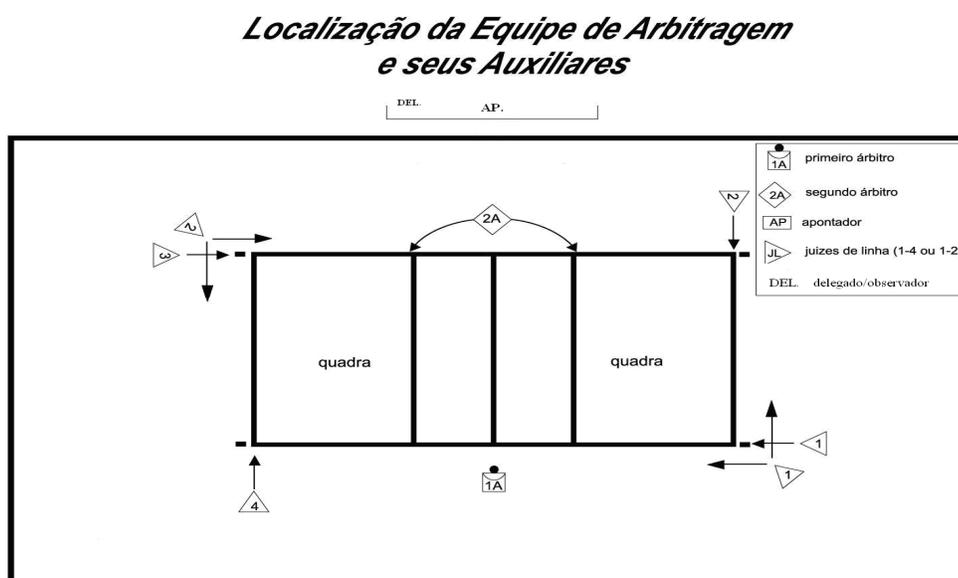
Para a promoção à árbitro nacional ele deve estar inscrito na categoria aspirante à nacional por mais de três anos, ter concluído curso universitário, apresentando diploma, ter sido aprovado na avaliação teórica e prática realizada pela COBRAV, ter sido aprovado na avaliação de língua inglesa. (COBRAV, 2011)

Por fim, a promoção a árbitro internacional deve obedecer a todos os requisitos das categorias anteriores e ter no máximo quarenta anos. Os candidatos participam de competições internacionais e ao regressarem ao país devem apresentar um relatório de participação no evento para a COBRAV.

Entre tantas competições internacionais, nacionais, regionais e municipais, cabe ao árbitro mediar, dirigir e garantir que a partida chegue ao final sem

problemas, lidando com fatores de imprevisibilidade presentes neste sistema de extrema complexibilidade, fazendo uso do seu conhecimento e aplicando corretamente as Regras Oficiais redigidas pela Federação Internacional. (FIVB, 2011)

Figura 01 – Localização da equipe de Arbitragem (CBV, 2011)

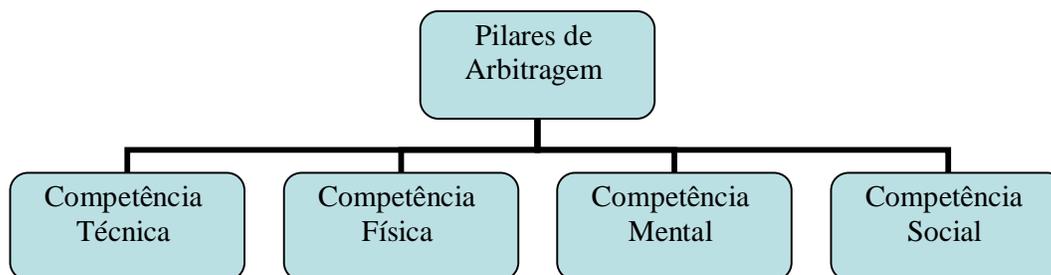


As reciclagens ou cursos de atualização são promovidos anualmente pelo Departamento de Arbitragem da Federação Catarinense e tem como objetivo discutir alterações, padronizar competições e apresentar o que foi trabalhado durante o ano pela federação e pelo quadro de arbitragem. Os árbitros e apontadores são submetidos à prova teórica ao término do curso e devem obter nota igual ou superior a 8 (oito) ficando assim aptos a trabalhar nas competições do ano seguinte. Caso a nota não seja alcançada, são promovidas outras avaliações posteriormente e enquanto não ocorrem, os desclassificados não trabalham em competições promovidas pela Federação. Nestes cursos, são desenvolvidas palestras por árbitros mais graduados e conhecedores das áreas abordadas. Materiais como vídeos, fotos e situações de jogo vividas são abordadas nestes encontros a fim de promover uma discussão sobre os temas e as decisões tomadas ou não no decorrer daquele acontecimento. (FCV, 2011)

2.4 COMPETÊNCIAS

Velho (2010) descreve em seu trabalho, o processo de formação do árbitro de futebol citando quatro competências como pilares básicos neste processo. A competência técnica, competência física, competência mental e competência social.

Figura 02 – Pilares de Arbitragem



Na **competência técnica** estão incluídos o conhecimento e a compreensão das regras do jogo, que estão presentes nos livros produzidos pela Federação Internacional e traduzidos pela Confederação Brasileira. Além da teoria das regras, cabe neste item de competência técnica o domínio dos gestos oficiais e o conhecimento no preenchimento da súmula da partida. Visto que para que haja promoção para determinadas categorias é necessário o teste prático realizando o preenchimento deste documento. (VELHO, 2010)

Saber ler, entender e interpretar os chamados “casebook” (do inglês livro de casos) também auxilia na formação e na busca contínua de formação dos árbitros. Estes livros são regras aplicadas nos jogos, as decisões que foram tomadas (se foram corretas ou não) e os comentários corrigindo ou esclarecendo as dúvidas sobre aquela situação de jogo. (FIVB, 2011)

A Federação Internacional – FIVB confeccionou e atualiza anualmente seu regulamento que tem por objetivo criar uma padronização em todas as confederações a elas filiadas. A Confederação possui seu regulamento próprio que deve ser seguido por todos os árbitros, apontadores e membros filiados a este órgão. Lá estão elencados diferentes itens que visam regulamentar e padronizar as

atuações destes profissionais nas competições sob responsabilidade da CBV. Este regulamento é submetido à aprovação da FIVB. (COBRAV, 2011)

Aqui no estado de Santa Catarina, a FCV também faz uso do seu regulamento próprio submetido às leis da FIVB e da CBV. Este regulamento especifica todos os direitos e deveres, padroniza as taxas a serem pagas, o uniforme e o cumprimento das escalas. Além disso, descreve todas as sanções a serem aplicadas como medidas disciplinares. (FCV, 2011)

Além dos regulamentos do departamento de árbitros, cada competição oficial onde há arbitragem composta por profissionais do quadro da FCV, CBV ou FIVB, possui seu regulamento de competição que pode conter particularidades e ser um pouco diferenciada do que está nos regulamentos padrões das instituições regulamentadoras. (FCV, 2011)

No decorrer das competições e conforme o ano ativo vai passando, quando são necessárias modificações em regras, padronizações e regulamentos, estas alterações são aprovadas pelo órgão máximo e é repassado a todas as instituições subordinadas e aos membros do quadro sucessivamente. (FCV, 2011)

A **competência física** faz-se presente na formação do árbitro de todas as modalidades. No voleibol não há a exigência de testes físicos para ingresso e promoção na carreira com há em modalidades como o handebol e o futebol. Porém devemos reconhecer a necessidade de um preparo físico adequado para suportar algumas horas de arbitragem de forma contínua como ocorre em muitas das competições oficiais. Permanecer de pé por horas, curvar-se para ter os melhores ângulos de diferentes lances do jogo ou ainda em condição de juiz de linha ter a posição adequada do início ao término da partida, requer do árbitro alguns cuidados especiais com algumas valências físicas como a resistência, a força e o equilíbrio para que estes não atrapalhem a concentração e conseqüentemente a tomada de decisão durante a partida. (VELHO, 2011)

Em Pereira *et al.* (2007) encontra-se que, sobre as exigências da função do árbitro, é necessário um bom preparo tanto físico quanto psicológico, para que eles possam tomar decisões importantes em pouco tempo e ainda sob pressão.

Podemos citar a importância da competência física utilizando um jogo da Superliga como exemplo, uma partida pode ter até cinco sets com no mínimo vinte e cinco pontos para uma das equipes por set, a duração em minutos de cada set varia de 20 à 30 minutos, sendo assim, uma partida que tenha o quinto set durará no

mínimo duas e meia. Estas horas aumentam quando há interrupções por adversidades como falta de energia, lesões de atletas, goteiras no ginásio entre outras.

Os árbitros, em muitas áreas, são cobrados excessivamente e, apesar disso, eles devem ser precisos e objetivos, pois sua atuação pode definir o espetáculo esportivo. Para que o trabalho do árbitro se dê de forma imparcial e justa, existem alguns fatores que devem ser considerados, como o estado emocional, que pode estar sendo influenciado pelo público, por treinadores ou, ainda, pelos jogadores. A tarefa do árbitro resulta em levar a partida até o final com competência, procurando não perder nenhum lance, mesmo que sua atuação esteja submetida a uma forte pressão. Para lidar com estas situações, o árbitro necessita de autocontrole e adequada autoconfiança, para conseguir a imparcialidade (PEREIRA *et al.*, 2007).

As palavras de Pereira caracterizam a **competência mental**. O árbitro deve estar psicologicamente preparado para enfrentar as situações mais adversas sem perder o controle da partida por qualquer que seja a razão.

Vários são os fatores que podem provocar o estado de estresse durante a atuação na partida. Em geral o torcedor descarrega sobre a figura do árbitro impulsos agressivos, sob a forma de xingamentos, escárnios e, às vezes, até agressões físicas. Isso em certa medida obscurece a importância da ação do árbitro, que é central para o bom desenvolvimento de qualquer prática esportiva. (VELHO, 2010)

Por ser uma pessoa pública, o árbitro precisa de **competência social**: saber que há dificuldades a vencer, que vai precisar administrar a vida em família, administrando a falta em casa, pois as viagens podem durar dias ou até mesmo meses. Ele deve estar preparado e preparar as pessoas a sua volta para a sua ausência em eventos de família, aniversários, festas, casamentos, pois isso passa a ser comum na vida de quem escolhe esta carreira. (VELHO, 2010)

O árbitro deve também administrar sua presença nos lugares que frequenta, principalmente durante as competições. O regulamento da FCV trás horários a cumprir e condições como não consumir álcool antes das competições e recomendações para repousar antes dos jogos, evitar atividades que possam comprometer não só a parte física, mas também o psicológico do árbitro antes da sua atuação. (FCV, 2011)

O desenvolvimento de suas atividades profissionais paralelas a arbitragem, é um ponto a ser trabalhado especificamente, visto que muitos árbitros do quadro sofrem para conseguirem dispensas para trabalhar nas competições. Por não ser uma atividade profissional regulamentada, muitos árbitros dependem exclusivamente dos seus empregos e necessitam muitas vezes do bom senso de seus superiores para que possa haver a liberação. Há também a questão do deslumbramento, entender que o início é em campeonatos de categorias menores e é necessário manter o mesmo nível de concentração e seriedade que teria se estivesse em um jogo de categorias maiores, com grandes clubes. Pois são nestes jogos de pouca expressão, onde se inicia a experiência e depois, aos poucos, ele vai realizar jogos de mais importância e visibilidade, contudo serão jogos de maior responsabilidade. (VELHO, 2011)

O relacionamento com membros de clubes (dirigentes, técnicos ou atletas) deve ser evitado durante o exercício de arbitragem exceto quando necessário para resolver assuntos administrativos sobre as partidas. O grau de parentesco com qualquer destes membros deve ser informado a FCV, caso não ocorra, o árbitro fica sob o risco de sofrer punições. (FCV, 2011)

2.4.1 COMPETÊNCIAS PRESENTES NO VOLEIBOL

Dentro das competências que caracterizamos como importantes na composição da carreira de um árbitro pode-se destacar as que mais aparecem na arbitragem de voleibol. Iniciando pela competência física, surge a importância de se ter um preparo físico para suportar jogos de longa duração e com alto grau de concentração. Se o árbitro estiver com algum impedimento físico que possa incomodá-lo durante a partida, seu foco de concentração poderá ser desviado. (COBRAV, 2011)

Encaixa-se dentro desta competência ainda a estética, algo que não está descrito em nenhum regulamento mais que pesa quando são feitas avaliações para a promoção a categoria internacional ou até mesmo para a arbitragem em jogos transmitidos pela televisão. O sobrepeso deve ser evitado, pois essa imagem não passa confiança. (COBRAV, 2011)

Partimos para a competência técnica, esta talvez a mais visível entre todas as competências. Encaixam-se neste pilar todos os conhecimentos de forma aprofundada das regras oficiais, dos regulamentos dos campeonatos que podem conter adaptações das regras, domínio dos gestos oficiais, da súmula e tudo que possa envolver a interpretação e a aplicação das regras em situação real de jogo. (COBRAV, 2011)

Encontra-se aqui também o conhecimento legislativo, pois há a necessidade em alguns casos de confeccionar relatórios sobre atletas e membros de clubes ou equipe de arbitragem que devem ser feitos em um modelo sugerido, utilizando palavras que possam expressar o ocorrido da melhor forma possível e obedecendo a rigurosidade das leis esportivas. (FCV, 2011)

A competência técnica é a que deve estar em constante aquisição, é a que vai influenciar de forma direta na realização das partidas e entre os entrevistados é a que surge como a que merece um cuidado especial pela sua importância. Podemos citar também como uma competência a ser adquirida, o domínio de uma língua estrangeira, no caso a língua Inglesa. Quando realizam avaliação para promoção a categoria Nacional, os árbitros já respondem a uma prova teórica em inglês e precisam alcançar uma média também nesta prova para alcançarem a promoção a categoria almejada. Ao realizar a avaliação que visa a promoção à categoria internacional, a língua inglesa passa então a ser essencial na realização das provas teóricas e práticas, caso contrário, o árbitro não alcança esta graduação. (FCV, 2011)

Passando para a competência social destacamos o relacionamento entre todos os envolvidos na partida, atletas, dirigentes, técnicos, torcida, equipe de organização, arbitragem, apoio, imprensa. Este relacionamento é colocado como instrumento facilitador na condução de uma partida. (FIVB, 2011)

Merece destaque também a postura do árbitro fora de quadra, sugere-se que ele siga uma rotina, evite exposições comprometedoras em festas fazendo uso de drogas lícitas e ilícitas e evite também comportamentos que possam ir de encontro ao regulamento do departamento de árbitros da FCV e das recomendações dos órgãos superiores. (CBV, 2011)

Por fim, e não menos importante surge a competência mental. Saber lidar com situações conflitantes, tomada de decisão, pressão, situações de estresse, com alto nível de concentração e atenção, são situações extremamente importantes no

processo de formação. Caso o árbitro não tenha um bom controle destes aspectos, estas situações podem comprometer a carreira e atrapalhar o crescimento profissional do árbitro. (FIVB, 2011)

Entre as competências apresentadas como importantes na formação do árbitro, destaca-se que todas têm a mesma importância no processo de formação, porém ressalta-se que o desenvolvimento destas, não recebe a mesma carga horária durante a realização dos cursos. Formar árbitros, no seu contexto geral, significa trabalhar um conjunto de atividades que visam à aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidas para o exercício das funções próprias de sua atividade. Esta formação pode ser feita de várias formas e tem como objetivo dar a conhecer ou atualizar os conhecimentos do indivíduo acerca de um tema, no caso deste estudo, a arbitragem do voleibol. (VELHO, 2010)

A formação de árbitros de voleibol no estado de Santa Catarina funciona regularmente e os cursos de formação destinados aos que visam ingressar no quadro são oferecidos anualmente ou de acordo com a necessidade de preenchimento do quadro, visto que o número de profissionais a disposição deve ser proporcional ao número de competições a se realizar em âmbito estadual e nacional. (FCV, 2011)

Na formação de árbitros de futebol no estado, atualmente funcionam escolas regulares que trabalham em um período de dias ou meses nesse processo de formação. Porém, no voleibol esta formação se inicia no curso, que dura aproximadamente 80 horas e deve ser aperfeiçoado de acordo com o trabalho em campeonatos. (VELHO, 2010)

A FCV oferece avaliação, normalmente feita a cada partida por árbitros mais graduados ou por delegados/observadores que podem ser ex-árbitros, porém esta função de observação por parte dos delegados não é uma atribuição oficial das suas funções durante um campeonato. Recentemente, os cursos oferecidos se desenvolvem em 80h e exigem do candidato a freqüência de 100% como um dos requisitos para a aprovação.

Os conteúdos desenvolvidos são:

- Conhecimento de Regra
- Técnica de Arbitragem
- Preenchimento de Súmula

- Legislação Desportiva
- Psicologia

2.5 CONDUTA DE ARBITRAGEM NOS ESPORTES

A formação do árbitro, no seu contexto geral, significa o conjunto de atividades que visam à aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidas para o exercício das funções próprias de sua atividade. Esta formação pode ser feita de várias formas e tem como objetivo dar a conhecer ou atualizar os conhecimentos do indivíduo acerca de um tema. (VELHO, 2010)

Muitos fatores levam a construção de uma boa formação de árbitros de qualquer esporte. Em qualquer modalidade que o árbitro estiver apto a arbitrar, a responsabilidade dele diante da condução da partida e de todos os envolvidos é a mesma. (PEREIRA *et al*, 2007)

Valores presentes na competência social e desenvolvidos através da competência mental exemplificam de uma forma melhor a afirmação anterior. Porém, acredita-se que este desenvolvimento requer uma dedicação e uma atenção do árbitro interessado em adquirir estes valores. O Respeito, a cortesia e a gentileza, podem e devem fazer parte de todos os manuais de arbitragem (PEREIRA *et al*, 2007).

Além disso, a boa postura fora do campo de atuação, como a exposição da vida social, o envolvimento com drogas e bebidas, a má educação podem acabar prejudicando e tirando a credibilidade de um árbitro que for pego nesta situação por qualquer pessoa envolvida em um jogo de algum campeonato que se realizou ou que venha a se realizar. (FCV, 2011)

2.6 CONDUTA DE ARBITRAGEM NO VOLEIBOL

A arbitragem hoje em dia consiste basicamente em realizar um jogo usando como base as regras para todas as decisões. Porém isto não pode se dar de maneira mecânica ou automática, é necessário ao árbitro o desenvolvimento de competências que são adquiridas de maneira pessoal e individual, através da participação em eventos de voleibol. Esta participação trará ao árbitro a percepção de que ele não é um estranho neste contexto, mas sim parte integrante e participativa deste contexto (FIVB, 2011).

Por tanto, a participação do árbitro na partida não deve ser somente como o julgador do que foi uma falta ou um erro técnico, mas ele deve participar como um conhecedor, trabalhando para o jogo e com os jogadores (PEREIRA *et al*, 2007).

O guia de diretrizes e arbitragem da FIVB, diz que o árbitro nunca deve colocar se colocar a frente do jogo, mas sim permanecer ao fundo como um coadjuvante, intervindo sempre que necessário. Diz ainda que o voleibol de alto nível de hoje não é realizado apenas para a satisfação pessoal dos jogadores, sem expectadores, mas é transmitido em todo o mundo pelos meios de comunicação. Os expectadores esperam ver um show com atletas de excelente nível individual e equipes bem estruturadas em busca da vitória. Ainda segundo este documento, um bom árbitro contribui permanecendo em segundo plano e o árbitro ruim dificulta este espetáculo, por querer desempenhar um papel preponderante, indo assim, contra os requisitos da FIVB. É essencial que o árbitro mantenha um excelente relacionamento com os jogadores e treinadores e que seu comportamento seja exemplar. (FIVB, 2011)

Durante a partida, o árbitro deve saber distinguir entre as expressões de sentimento humano feitos sob a pressão da partida e os comportamentos antidesportivos. Caracterizam-se como expressões de sentimento humano, os aplausos e as ações de encorajamento e incentivo. Porém devem ser sancionados como comportamentos antidesportivos, os gestos contra os adversários e os protestos contra as decisões dos árbitros. (FIVB, 2011)

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este estudo classifica-se quanto à natureza como aplicada, pois segundo Gil (2010) ela destina-se à aquisição de conhecimentos voltados a aplicação em uma situação específica. Quanto à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa pois se considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo e o subjetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números (SANTOS, 2011).

Em relação aos objetivos, classifica-se como uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva. Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Neste caso a descrição do processo de formação do árbitro no estado Catarinense.

Por último, quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa empírica, descritiva do tipo estudo de caso. Esse tipo de pesquisa consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos. (GIL, 2002)

O estudo de caso é um tipo de pesquisa descritiva, na qual o objeto de estudo, é uma unidade analisada de forma consistente, ou seja, um único caso é estudado em profundidade para alcançar uma compreensão maior sobre outros casos semelhantes. (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2007)

3.2 SUJEITOS DO ESTUDO

Os participantes desta pesquisa foram divididos em dois grupos, os 3 (três) primeiros foram selecionados de forma intencional e não probabilística, por serem os árbitros mais graduados do quadro da Federação Catarinense de Voleibol (FCV), todos da categoria internacional.

Este método de pesquisa é conhecido como Snow Ball ou Bola de Neve e consiste basicamente na indicação de participantes por outros sujeitos que já responderam a pesquisa. Os três primeiros participantes indicaram três colegas do quadro, totalizando assim uma amostra de 12 árbitros. Os indivíduos deveriam ser indicados independentemente das suas categorias seguindo a opinião dos indicadores como sendo exemplos de dedicação a carreira de arbitragem.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados iniciou-se com a aplicação de um questionário que teve como objetivo principal a identificação dos participantes e nele continham perguntas sobre a formação acadêmica, o curso de formação do qual participou, o tempo total de arbitragem e o tempo de arbitragem pela FCV.

Santos (2011), explica que a aplicação de questionário como instrumento de coleta de dados possui uma série de vantagens e desvantagens. Entre as vantagens destaca a economia de tempo, a abrangência no número de pessoas e na área geográfica de aplicação e a minimização do risco de distorção das respostas por parte do pesquisador. Já entre as desvantagens estão a exclusão de analfabetos, a influência da leitura de perguntas subseqüentes sobre as anteriores e a possibilidade de um retorno mínimo dos questionários respondidos.

Posteriormente, utilizou-se uma entrevista que seguiu um roteiro semi-estruturado. De acordo com Yin (2005), é uma das mais importantes fontes de informação para o estudo de caso. Cabem ao pesquisador duas tarefas: seguir sua própria linha de investigação, como reflexo do protocolo de seu estudo de caso; fazer as questões reais de uma forma não tendenciosa, que também atende as

necessidades de sua linha de investigação. As entrevistas são conduzidas de forma espontânea, focada, ou mais estruturadas no formato de um levantamento formal.

Quando realizou as entrevistas, a pesquisadora solicitou o consentimento dos informantes para a utilização de um gravador de voz digital, a fim de permitir a captação total dos dados da entrevista. Em seguida, os dados foram transcritos.

Para completar a fonte de dados, utilizou-se a documentação caracterizada pelos regulamentos do departamento de Árbitros da Federação Catarinense de Voleibol, da Comissão Brasileira de Arbitragem e o guia de diretrizes da Federação Internacional de Voleibol, além de folders de divulgação dos cursos e informativos semestrais da FCV.

3.4 PROCESSO DE COLETA DE DADOS

Primeiramente solicitou-se uma autorização ao Presidente e representante da FCV para que a pesquisa fosse realizada utilizando os profissionais daquela instituição. Após selecionados os árbitros que contribuiriam com a pesquisa, iniciou-se o processo de coleta. Todos os participantes após assinarem o termo de consentimento livre esclarecido (TCLE) e receberem informações sobre a pesquisa, responderam a um questionário que visava à identificação. As entrevistas realizaram-se nas dependências da FCV e em ambientes de competição antes ou após alguns jogos no qual os entrevistados iriam trabalhar.

O questionário foi preenchido pelos sujeitos da pesquisa e a entrevista foi coletada logo em seguida sendo dirigida e gravada com um gravador de voz. A duração aproximada das entrevistas foi de 20 minutos. A coleta de dados iniciou-se no dia 23 de maio e se encerrou no dia 15 de junho. Foram sugeridos os 9 (nove) nomes pelo método snow Ball e juntamente com os 3 (três) que iniciaram fecharam a amostra.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Para Yin (2005), a análise consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas, testar ou recombinar evidências quantitativas e qualitativas para tratar as proposições iniciais do estudo.

Os dados das entrevistas foram transcritos, categorizados, classificados e apresentados em detalhes no texto construído a partir do estudo, seguindo a proposta da pesquisa e o referencial teórico da área.

Nesta etapa inicial, as entrevistas foram transcritas no programa Microsoft Word de maneira detalhada. Em seguida, foi realizada uma descrição que serviu para organizar, classificar e categorizar as entrevistas resultando deste processo quadros de referência para serem analisados posteriormente.

3.6 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Este estudo teve a intenção de ter como amostra cerca de 12 (doze) árbitros indicados pelo método snow Ball. Houve a indicação conforme solicitado, porém não houve retorno dos árbitros selecionados, causando assim uma perda amostral de 7 árbitros.

Tentou-se de diversas formas contatar estes árbitros, porém por motivos desconhecidos, a coleta acabou não se efetivando. Dois deles não responderam aos emails solicitando a participação. Outros cinco responderam ao contato inicial, porém não responderam ao questionário e conseqüentemente não tiveram a entrevista encaminhada para a contribuição com a pesquisa. Visto que o tempo para a conclusão do estudo estava se esgotando decidiu-se dar continuidade com a pesquisa mesmo após essa grande perda amostral.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1. CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DO ESTUDO

No ano de 1994, a partir do desmembramento da Federação Atlética Catarinense (FAC), surgiu a Federação Catarinense de Voleibol. Com sede fixa na cidade de Florianópolis, no bairro de Coqueiros, a entidade é a promotora de competições, cursos para técnicos e árbitros no estado de Santa Catarina.

Atualmente, o quadro de profissionais da FCV conta com 85 profissionais entre árbitros, apontadores e delegados (quadro 1). Além destes, existe ainda o corpo executivo da instituição composto por um presidente e um vice, um conselho fiscal composto de três efetivos e três suplentes, um diretor e um assistente técnico, uma diretora administrativa, um secretário, além dos coordenadores de arbitragem e do coordenador do departamento de vôlei de praia. (FCV, 2011)

Quadro 01 – Composição do Quadro da FCV

Categoria	Árbitros	Apontadores	Delegados	Total
Internacional	2			
Nacional	12	6		
Aspirante a Nacional	13	6		
Regional	20	5		
Iniciante	9	5		
Total	56	22	7	85

Dos três árbitros internacionais que iniciaram a pesquisa, um está afastado das funções de árbitro e trabalha atualmente como delegado em competições da Federação. Outro também se afastou de competições da CBV e FIVB, mas ainda desenvolve funções de arbitragem dentro do estado, e o último é pertencente e atuante nos três quadros o da FCV, o da CBV e da FIVB. Os outros dois profissionais indicados são árbitros nacionais. As informações como a profissão de origem, o tempo de arbitragem, o ano de ingresso e a duração dos seus cursos de formação, estão expostas no quadro 2.

Quadro 02 - Características dos Entrevistados

Entrevista	Profissão	Iniciou	Tempo de arbitragem (anos)	Curso de formação/duração em dias
A1	Prof. Ed. Física (ativo)	1990	21	6
A2	Prof. Ed. Física (inativo)	1971	40	5
A3	Prof. Ed. Física (inativo)	1974	37	5
A4	Prof. Ed. Física (ativo)	2000	12	4
A5	Prof. Ed. Física (ativo)	1993	18	5

Através dos dados apresentados no quadro 02, observa-se que todos os sujeitos entrevistados possuem formação acadêmica no curso de Educação Física. Pode-se então destacar que alguns aspectos considerados como essenciais na formação do árbitro poderiam ser desenvolvidos durante o curso de graduação e poderiam ser apenas direcionados à área de arbitragem de voleibol após o ingresso e o início do desenvolvimento das atividades com arbitragem.

4.2 RESULTADOS DE QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS

Visando melhorar a compreensão dos resultados obtidos, as respostas adquiridas através do questionário e da entrevista foram divididas basicamente em seis tópicos: 1) conteúdo, 2) perfil e conhecimento prévio, 3) auxílio e orientação, 4) avaliação e critérios, 5) comportamento e desempenho e 6) competências.

4.2.1 Conteúdo

Após a aplicação do questionário, foi constatado que não existiu anteriormente nenhum conteúdo além dos que são oferecidos atualmente, porém alguns conteúdos não foram oferecidos em alguns cursos de formação, como por exemplo, a Psicologia e a Legislação que foram incorporados ao programa após os anos 80.

Quanto aos conteúdos desenvolvidos nos cursos de formação, o último curso foi realizado no ano de 2010 e teve carga horária de 50 horas. Tinha como objetivo principal oportunizar o conhecimento específico das regras do voleibol e aprofundar estudos e discussões no assunto, formando novos árbitros e apontadores para o quadro da Federação. Entre os ministrantes estavam profissionais devidamente habilitados na área de Psicologia e Legislação, assim como um árbitro internacional para ministrar a parte de regras e mecânica de arbitragem.

A avaliação deveria ser com nota igual ou superior a 8 (oito) na avaliação teórica para que o candidato estivesse apto a realizar a prova prática. Somente realizaram os testes práticos os candidatos que obtiveram a nota suficiente na prova teórica.

Durante a prática eles foram avaliados pelos árbitros mais experientes e mais graduados do quadro da federação e deveriam também obter nota igual ou superior a 8 (oito) para serem classificados como aprovados. Estavam disponíveis 15 vagas para árbitros e 10 para apontadores e foram aprovados os que obtiveram as melhores notas, totalizando assim 7 árbitros e 4 apontadores.

Um dos fatores que leva a este baixo nível de aprovação e ingresso pode ser explicado através do relato do entrevistado A3:

“Deveria ter mais interesse, eu acho que falta interesse dos que estão entrando, mas também dos próprios árbitros que passam no curso, eles não tem muito interesse em seguir na arbitragem, quando você vai exigir um pouco mais eles desistem... e falta responsabilidade, eles acham que fazer o curso é só ir lá final de semana e ganhar um dinheirinho depois, ‘ah não quero mais...’ hoje em dia está difícil você fazer um curso de arbitragem e você tirar bons árbitros... eu não sei se é falta de interesse, o que é que falta... Mas nós temos que descobrir o que é que falta pra começar a implementar e melhorar, dar incentivo pra essa turma aí”[...]

Fica clara a iniciativa e a busca por encontrar o que estaria provocando esta diminuição nos interessados em fazer o curso, quando ele fala “em descobrir o que falta” há a intenção em trabalhar para a diminuição desse desinteresse.

4.2.2 Perfil e Conhecimento Prévio

Para realizar a inscrição no curso, os candidatos devem ter 18 anos de idade completados até a data de início do curso e também devem ter concluído comprovadamente o ensino médio. Porém, algumas opiniões dos entrevistados vão de encontro a essa exigência de idade mínima, como por exemplo, o depoimento do entrevistado A1:

A idade ideal seria logo após a conclusão do curso superior, pois apenas ter 18 anos, a pessoa ainda não está madura suficiente pra ser árbitro de voleibol. Ter 21 anos, já é melhor.

Este depoimento de A1 enfatiza a necessidade de o ingressante ter cursado um curso superior, visto que a sua competência mental já estaria mais desenvolvida e em situações conflitantes, as decisões seriam tomadas mais rapidamente e de maneira mais correta.

Quadro 03 - Escolaridade dos Árbitros Entrevistados

Entrevistados	Graduação	Pós Graduação	Especialização	Aperfeiçoamento	Mestrado
A1	X	X			
A2	X	X	X	X	
A3	X	X			
A4	X	X			
A5	X	X	X	X	

Quanto à escolaridade dos árbitros entrevistados, todos eles possuem Graduação em Educação Física e dois deles ainda fizeram especialização e aperfeiçoamento conforme o quadro anterior.

Estudos que envolvem árbitros de qualquer modalidade são escassos e recentes no país e trabalhos que envolvem formação de árbitros são em número ainda menor. Porém estes estudos vêm crescendo visto a importância destes

profissionais para o desenvolvimento das modalidades esportivas são de forte implicância sobre a prática. (PEREIRA, 2007)

A pessoa que pretende iniciar nesta carreira de arbitragem precisa ter claro que necessitará de uma atividade profissional em desenvolvimento paralelo a prática de arbitragem, uma vez que a legislação desportiva não considera esta atividade como uma profissão. O indivíduo consciente desse fato pode organizar-se para a escolha de uma profissão que lhe permita realizar duas atividades concomitantes: profissão de origem, que deve atender as suas necessidades, representar seu sustento e permitir-lhe vislumbrar uma projeção profissional, e a atividade paralela que é a arbitragem de voleibol. (VELHO, 2010)

Percebeu-se, entre os entrevistados, que a carreira teve início por meio do curso de formação e, a partir deste, foram organizando sua trajetória profissional, realizando adaptações capazes de conjugar a profissão que já exerciam com a atividade na arbitragem. Alguns tiveram experiências de arbitragem antes de iniciar na federação como é o caso de A5, que apitou por 2 anos jogos na sua cidade na região e em seguida fez o curso para tornar essa atividade oficial.

4.2.3 Auxílio e Orientação

O investimento na carreira apresenta características identificadas. O curso de formação é o primeiro investimento visto que a taxa é paga pelo candidato. Em seguida para cada curso de promoção realizado o custo é bancado pelo interessado em ser promovido. É assim da categoria Aspirante a Nacional até a Internacional. O árbitro que faz esses cursos paga suas próprias despesas com alimentação, hospedagem, passagem e taxa de inscrição.

A partir da categoria Nacional, é exigida a prova de inglês para os árbitros então este curso de idiomas passa a ser também um investimento pago pelos próprios árbitros.

“Até uns anos atrás existia esse auxílio, a partir de 95 e 96 já foi abolido pela CBV e pela Federação Internacional, então todos os cursos que os árbitros faziam de promoção, tinham uma ajuda de custo de passagem, de estadia, e também para o curso Internacional a Confederação pagava passagem e estadia deles. Quando eu fiz o curso eu recebi toda essa ajuda

e eu acho que tinha que voltar essa ajuda por que muitas vezes, o árbitro que vai fazer tem condições técnicas, mais não tem dinheiro. Quando o árbitro patrocina a sua própria promoção, vai qualquer árbitro que tem dinheiro. Atualmente o árbitro é gestor da sua carreira, ele que investe na sua carreira e é errado, eu acho errado.” A3

4.4.4 Avaliações e Critérios

É realizada a cada ano uma “reciclagem” promovida pela Federação com a finalidade de atualizar e discutir situações ocorridas durante o ano que passou. Todos os árbitros, apontadores e delegados são convocados a participarem deste encontro.

Com relação avaliação individual a ser realizada logo após cada partida, todos os entrevistados classificaram como importante a presença de uma pessoa que possa desenvolver essa função.

“A participação de um observador é essencial por que nós aqui na nossa federação temos aí os árbitros mais graduados que ajudam por que o árbitro às vezes não enxerga o que ele está errando, o que ele precisa melhorar a sinalização e aí vêm esses toques de quem está de fora.” A1

“Acho importante a participação de um coordenador de arbitragem, por que você vai acompanhar a partida, a arbitragem do início até o final daquele campeonato. Onde que está a defasagem [...] você vai corrigir, isso tem que ter[...] por que você vai orientar, vai mudar completamente a arbitragem dele, se você tiver uma pessoa orientando. [...]E seria recomendado que em toda a competição tivesse um coordenador(observador), mas como onera muito pras equipes, isso fica impossibilitado de você ter um coordenador de arbitragem que fosse viável. Isso daí pra equipe de arbitragem, pra todos os árbitros, melhoraria 100% a postura, e toda a formação do árbitro.” A3

“Sem ele você não é observado e orientado e, por conseguinte não terás como saber como foi sua atuação e conseqüentemente não terás como ter correção.” A5

4.4.5 Comportamento e Desempenho

Com relação às dificuldades encontradas no decorrer da carreira, surgiram diferentes respostas e devem ser feitas diferentes considerações sobre o assunto.

“Eu quando comecei era do interior do estado, uma cidade bem pequenininha, e então foi mais difícil, mas quem está mais perto do centro do voleibol, hoje está mais fácil por que tem mais equipes e tem mais jogos, por exemplo, eu quando comecei, pra eu apitar um regional era um por ano, hoje os árbitros apitam vários jogos de regionais” [...]A1

O número de jogos pode influenciar na formação, quanto mais jogos o árbitro puder apitar ou até mesmo assistir, melhor será a sua percepção das decisões a serem tomadas durante a realização de um jogo. Aquela pessoa que está em uma cidade com maior número de jogos de qualquer categoria, pode se beneficiar das observações e utilizadas em situações de jogo que estiverem sob sua responsabilidade.

Uma das dificuldades que também apareceu entre os entrevistados, trata-se das negociações para saírem dos seus empregos para realizar as atividades de arbitragem, pois existem campeonatos que duram semanas. Muitos deles trabalham com Educação Física, exercendo a função de professor na rede pública ou em academias. Muitas vezes eles deixam de arbitrar por não conseguirem a dispensa.

“Durante a formação a dificuldade é você achar os teus critérios, o que é o critério de dois toques, o que é o critério de condução, você se adequar a mecânica do jogo, a mecânica da arbitragem eu acho que isso um ponto. Eu pessoalmente não senti essa dificuldade por que como disse anteriormente, a tolerância pra quem está entrando é maior, a tolerância dos jogos que você apita também é maior e como eu já tinha noção de jogo, sempre joguei, eu já tinha uma noção do que era um dois toques do que era uma condução, a minha dificuldade é fazer as provas” [...]A4

Através das observações e das práticas com a arbitragem, estes critérios citados pelo entrevistado A4 podem ser mais bem definidos. A orientação de um árbitro mais graduado ou de um observador/delegado nas avaliações também contribui na construção deste critério.

“Particularmente, as dificuldades que eu encontrei, na minha época, não tinha como tem agora pessoas pra te orientar os árbitros mais antigos que você trabalhava, apitava jogo, depois do jogo ele fazia comentário, era difícil existir isso, então você crescia por conta própria e quando ia para um campeonato brasileiro, que era convocado a cada 2 ou 3 anos aí você ia ser um pouco mais avaliado, em virtude do que eles cobravam, mais na própria federação não existia isso...” A3

Entre os comportamentos e atitudes que impediriam ou dificultariam a progressão na carreira de árbitro foram citados diferentes aspectos como: os comportamentos dentro fora de quadra, o desinteresse em buscar a formação continuada através da aquisição de conhecimento nas regras, observação de jogo, questionamento aos mais graduados.

“Eu acho que o fato de você ser grosseiro, arreadio, estúpido, você tratar assim as pessoas, os jogadores, acho que isso te atrapalha bastante e o conhecimento de regra também, o fato de você não estudar”. A4

4.4.6 Competências

Com a coleta de dados surgiu a relevância de que não há como separar as competências em grau de importância para o processo de formação, pois todas fazem parte desse processo de maneira igualitária.

Iniciando pela competência Física, muitos fatores foram levantados como a resistência muscular para suportar jogos de longa duração, e há um depoimento que fala sobre estar bem descansado, preparado fisicamente sem lesões que te impeçam de deslocar de um lado a outro da quadra ou de movimentar o corpo em busca da melhor visão de determinada jogada.

O conhecimento técnico é o mais visível visto que conhecer, dominar, interpretar e saber utilizar as regras e regulamentos é estritamente necessário no desenvolvimento da atividade de arbitragem.

Além disso, surge como conhecimento técnico a aquisição de uma outra língua, neste caso o inglês que é exigido para a realização das provas de promoção as categorias Nacional e também a Internacional.

A necessidade de um bom relacionamento social surge como um ponto forte a ser desenvolvido. Ter um bom relacionamento com todos os personagens que envolvem este meio que é o jogo de voleibol é extremamente necessário.

E por fim, mas não menos importante a competência mental foi a mais destacada entre os entrevistados e segundo os dados merecia ser melhor trabalhada durante a formação do árbitro, visto que todas as interpretações e tomadas de decisão influenciam de forma direta o andamento da partida.

Abranger de forma equilibrada todas estas competências seria a melhor forma de progredir na carreira de arbitragem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste estudo permitiu-nos conhecer o processo de formação do árbitro de voleibol no estado de Santa Catarina. Proporcionou também identificar alguns elementos específicos do voleibol que podem ser entendidos e enquadrados dentro das competências básicas apresentadas pela FIFA (2007) que são: a competência física, a competência técnica, a mental e a social.

Observou-se através da pesquisa qualitativa que a formação do árbitro é completa quando se faz presente estas 4 competências de maneira equilibrada. Porém as competências mental e social precisam ser melhor estudadas e necessitam de maiores cuidados para a sua efetivação. Durante os cursos de formação, estas competências surgem como conteúdos de psicologia, porém devido ao tempo para o desenvolvimento do curso, estes conteúdos acabam sendo desenvolvidos superficialmente.

Acredita-se que devido a relevância destas competências, o indivíduo desenvolverá esses aspectos durante sua formação acadêmica e com a sua experiência durante a realização de arbitragens.

A formação de árbitros no estado de Santa Catarina é regulamentada de FCV que promove cursos de formação de acordo com a necessidade de preenchimento do quadro. Recentemente, os cursos oferecidos se desenvolvem em 80h e exige do candidato a frequência de 100% como um dos requisitos para a aprovação. Os conteúdos desenvolvidos são: conhecimento de regra, técnica de arbitragem, preenchimento de súmula, legislação desportiva e psicologia.

Os critérios básicos a serem observados são: idade mínima (dezoito anos); escolaridade: ensino médio completo ou a completar no ano do curso e a população-alvo: desportistas interessados de ambos os sexos.

Sugeriu-se que a busca por uma formação continuada deve ser intensa, o árbitro que quer seguir e alcançar uma boa posição no quadro de árbitros deve estudar, questionar, observar, assistir jogos, trabalhar em várias partidas para desenvolver sua percepção, atenção, concentração e outros aspectos.

Estar fisicamente preparado auxiliará no desempenho no decorrer da realização da atividade de arbitragem e, além disso, manter-se com hábitos de vida saudáveis como dormir bem, ter uma boa alimentação, não ingerir drogas lícitas ou ilícitas, também irá cooperar para o desenvolvimento de uma carreira.

Por fim, o desenvolvimento de aspectos psicológicos auxiliará na socialização e no relacionamento com os envolvidos nesta área. Trabalhar com seriedade, responsabilidade, concentração e respeito será positivo e só trará benefícios durante esta caminhada.

Existe a consciência de que este estudo foi um "saque" para iniciar a partida em busca de melhoras no campo de formação e conseqüentemente atuação dos árbitros em quadra.

Considerando a dificuldade de encontrar estudos sobre a arbitragem do voleibol em específico e mesmo de outras modalidades em geral, sugere-se o aprofundamento deste estudo com ampliação da atual amostra, pesquisa em outros estados e a realização do processo do presente estudo com outras modalidades para, futuramente, se realizarem estudos comparativos sobre arbitragem esportiva em geral.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco A. B.; GUTIERREZ, Gustavo L. Esporte e Sociedade. **Revista Digital Lecturas**, Buenos Aires, Ano 14, n. 133, Jun. 2009. Disponível em: <www.efdeportes.com>

AZEVEDO, Aldo A.; NETO, Alfredo F.; ASSUMPÇÃO, Luís O. T.; CORBUCCI, Paulo R.; **Esporte e Sociedade**. Monte Claros: Unimontes, 2002.

BARROSO, Mario L.; KREBS, Ruy J.; VELHO, Nivia M. *et al.* Fatores que geram violência no futebol: uma análise psicológica na região sul do Brasil. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, v. 9, n. 2, p. 154-158, 2007.

BARROSO, Mario L.; VELHO, Nivia M.; FENSTERSEIFER, Alex C. B. A violência no futebol: revisão sócio-psicológica. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, v. 7, n. 1, p. 64-74, 2005.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Código Brasileiro de Justiça Desportiva**: comentários e legislação: em defesa da ética e da qualidade do esporte. Brasília: Assessoria de Comunicação Social, 2004.

CARNELOÇO, M.A. **Manual de Voleibol**. Araçatuba: Leme – Empresa Editorial LTDA.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL. **Regulamento da COBRAV**. Disponível em: <<http://www.cbv.com.br/cbv2008/cobrav/documentos.asp>> Acesso em: 20 março 2011

COMITÊ OLIMPICO BRASILEIRO. **Olimpismo**: suas origens e ideais. Disponível em: <http://www.cob.org.br/movimento_olimpico/docs/cartilha_olimpismo.pdf> Acesso em: 14 junho 2011.

DACOSTA, Lamartine (ORG.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006.

DUARTE, Orlando. **Futebol**: história e regras. São Paulo: Makron Books, 1997.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE VOLEIBOL. **Regulamento de Arbitragem**. Disponível em: http://www.voleibol-sc.com.br/novo_site/regulamento.php Acesso em: 20 março 2011.

FIVB - FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE VOLLEYBALL. **Refereeing Guidelines and Instructions 2011**. Disponível em <http://www.fivb.org/EN/Refereeing-Rules/Documents/FIVB_VB_Refereeing_Guidelines_and_instructions_2011_updated2.pdf > Acesso em 19 maio 2011.

FLORES, Eileen P. O Conceito de Regra na Linguagem Cotidiana e na Análise Experimental do Comportamento. **Revista de Estudos de Psicologia**. Universidade Federal de Brasília, v. 9, n.2, p. 279-283, 2004.

GIL, Antônio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2010

LEI 9615/98 – Justiça Desportiva. Acesso em 30/11/2010. Disponível em: <<http://www.justicadesportiva.uol.com.br/jdlegislacao>>. Acesso em: 20 março 2011.

LIMA, T. **Fora o Árbitro**. Lisboa: Sarl, 1982.

NUNES, Renildo; SHIGUNOV, Viktor. Auto-estima do Árbitro de Futebol Profissional do Estado de Santa Catarina. **Revista de Educação Física/UEM**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 71-79, 2002. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/viewFile/3658/2526>> Acesso em: julho de 2011.

PEREIRA, N., F.; SANTOS, R. G. M.; CILLO, E.N.P. Arbitragem de futebol de campo: estresse como produto de controle coercitivo. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, v.1, n.1, São Paulo, dez, 2007. Disponível em: <<http://www.pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php>> Acesso em: 21 março 2011.

SANTOS, Saray G. dos (ORG). **Métodos e Técnicas de Pesquisa Quantitativa Aplicada à Educação Física**. Florianópolis: Tribo da ilha, 2011.

SILVA, Maurício R. da (ORG) **Esporte, Educação, Estado e Sociedade**. Chapecó: Editora Universitária Argos, 2007.

TRIVINÕS, Augusto N.S.; MOLINA NETO, Vicente (ORG). **A Pesquisa Qualitativa na Educação Física: Alternativas Metodológicas**. Ed. 2. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Sulina, 2004.

TUBINO, Manoel J.G. **Dimensões Sociais do Esporte**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

TUBINO, Manoel J.G. **Teoria Geral do Esporte**. São Paulo: Ibrasa, 1987.

VAZ, Alexandre F. Teoria Crítica do Esporte: origens, polêmicas, atualidades. **Esporte e sociedade**: Rio de Janeiro. V.1, n.1, p.1-23, 2005

VELHO, Nivia M. **Gestão por Competência na Construção de um Modelo de Formação para Árbitros de Futebol**. 2010. 157 p. Tese (Doutorado) Programa de

Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

THOMAS, J.R.; NELSON, J.K.; SILVERMAN, S.J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 5. ed. Porto Alegre,RS: Artmed, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. 3 Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXOS

ANEXO A – OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE DESPORTOS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**



Florianópolis, 10 de Maio de 2011

Ofício S/Nº-2011

Da: Profª Drª Nívia Márcia Velho
Centro de Desportos – UFSC

Para: Presidente da Federação Catarinense de Voleibol
Senhor Dante Klaser

Assunto: Solicitação de autorização para realização de coleta de dados para trabalho acadêmico.

Excelentíssimo Senhor Presidente, venho por meio deste, solicitar a autorização para que a acadêmica **Leilane Barcki Fernandes** do Curso de Licenciatura em Educação Física, da Universidade Federal de Santa Catarina, possa realizar uma coleta de dados nesta instituição, visando desenvolver a pesquisa: **O Árbitro de Voleibol em Santa Catarina: Formação e Competências**. Este estudo vai gerar um Trabalho de Conclusão de Curso no primeiro semestre de 2011.

A pesquisa tem por objetivo analisar o processo atual de formação do Árbitro de Voleibol no Estado de Santa Catarina. Gostaria de solicitar a disponibilidade de alguns dados, bem como a possibilidade de realização de entrevistas com profissionais pertencentes ao quadro de arbitragem.

Informo ainda que a instituição não terá nenhuma despesa com a realização da pesquisa e os resultados serão publicados na comunidade científica da área. Quanto aos dados garantimos que não haverá nenhum risco nesta pesquisa.

Agradecendo antecipadamente, coloco-me ao seu dispor para outros esclarecimentos.

Atenciosamente,

Nívia Márcia Velho
Orientadora – CDS/UFSC

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE DESPORTOS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Informações para pesquisa

Prezado Senhor (a)

Sou Leilane Barcki Fernandes, acadêmica do último semestre do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina, orientada pelos professores: Dr^a Nívia Márcia Velho, Ricardo Lucas Pacheco e Me. Mário Luiz Couto Barroso. Estamos desenvolvendo a pesquisa: **O Árbitro de Voleibol em Santa Catarina: Formação e Competências.**

Este estudo tem por objetivo analisar o processo atual de formação do Árbitro de Voleibol no Estado de Santa Catarina. Para isto, gostaríamos de contar com o seu consentimento para realizar uma entrevista. Sua colaboração nesta pesquisa é muito importante para o sucesso do estudo.

Se você estiver de acordo em participar, podemos afirmar que as informações fornecidas serão mantidas em sigilo, garantindo a sua privacidade quanto aos dados e que não haverá nenhum risco nesta pesquisa. Também garantimos que não haverá qualquer despesa para você. Os resultados da pesquisa serão publicados na comunidade científica da área. Como forma de manifestar seu consentimento solicitamos que o Sr(a) assine este documento.

Desde já colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos ou dúvidas através dos telefones: 3879 1833 ou 8423 7512

Atenciosamente,

Leilane Barcki Fernandes
Florianópolis, maio de 2011.

Consentimento pós-informação

Eu, _____, fui esclarecido (a) sobre a pesquisa **O Árbitro de Voleibol em Santa Catarina: Formação e Competências** e concordo com a minha participação. Tenho conhecimento de que os resultados deste estudo serão trabalhados exclusivamente pela equipe de pesquisadores e utilizados para a produção de um trabalho de monografia, sendo que a minha identidade não será revelada.

Florianópolis, ____ de _____ de 2011.

RG: _____

Assinatura ou marca digital: _____

ANEXO C – QUESTIONÁRIO DE FORMAÇÃO, PROGRESSÃO E COMPETÊNCIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE DESPORTOS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Leilane Barcki Fernandes

QUESTIONÁRIO DE FORMAÇÃO, PROGRESSÃO E COMPETÊNCIAS
NA CARREIRA DE ÁRBITROS DE VOLEIBOL

Categoria no voleibol (quadra):

() Iniciante () Regional () Aspirante a Nacional () Nacional () Internacional

Nascido em/...../.....

Formação: () Ensino médio

() Ensino superior.....

() Pós-graduação () Especialização () Aperfeiçoamento

() Mestrado () Doutorado () Pós-Doutorado

Possui outra ocupação profissional além da arbitragem de voleibol? () SIM () NÃO

Qual? _____

Trabalha com Arbitragem de voleibol há () anos () meses

Trabalha com Arbitragem **federada** de voleibol há () anos () meses

Federado desde o ano de

Reside na cidade de.....

Estado.....

Curso de arbitragem realizado no ano de

Curso com duração aproximada de

O curso que realizou para ingressar na arbitragem foi suficiente para a sua formação.

() SIM () NÃO

Por quê? _____

O conteúdo desenvolvido em seu curso de formação foi: (Pode assinalar mais de uma alternativa)

() Conhecimento de Regra

() Técnica de Arbitragem

() Preenchimento de Súmula

() Confecção de Relatórios - Legislação Desportiva

() Psicologia

() Outros, especifique:.....

Em sua opinião, que outro conteúdo poderia ser incluído na formação do árbitro?

Qual seria a idade ideal para iniciar o processo de formação como árbitro?

Em sua opinião, o ingressante deveria ter algum conhecimento prévio para realizar o curso de formação? Que conhecimentos você considera importantes?

Qual é o investimento pessoal necessário para se tornar um bom árbitro?

Existe algum auxílio oficial (financeiro) neste processo de formação (FCV, CBV e FIVB)?

Existe orientação oficial no processo de formação ou o próprio árbitro é o gestor da sua carreira?

Existe preocupação com a formação continuada? De que forma?

Existem avaliações periódicas durante o processo de formação? De que tipo (escrita, prática etc...)?

Qual é o nível de exigência nas avaliações?

Existe diferenciação na exigência de acordo com a categoria do árbitro?

Os critérios para passar de uma categoria para a outra são claros e adequados? Justifique sua resposta.

Quais são as dificuldades encontradas neste processo de formação?

Você considera importante a participação de um observador/delegado para avaliação/orientação da atuação da equipe de arbitragem? Por quê?

Os vários aspectos necessários para a formação do árbitro de voleibol podem ser incluídos em quatro competências¹:

- Competência física (ter preparo físico para atuar nas partidas, resistência, força...)
- Competência técnica (conhecimento de regras, regulamentos, gestos oficiais, súmula...)
- Competência Social (saber administrar a vida social, a família, o relacionamento com todos os envolvidos no meio em que se encontra, seja dentro de quadra ou fora dela.)
- Competência Mental (competência ligada à tomada de decisão em situações conflitantes, estresse, pressão, concentração, atenção e equilíbrio emocional.)

Qual destas competências você considera a mais importante? Por quê?

Dentro das competências físicas, que aspectos você destacaria como necessários para um bom árbitro?

Dentro das competências técnicas, que aspectos você destacaria como necessários para um bom árbitro?

Dentro da competência social, que aspectos você destacaria como necessários para um bom árbitro?

Dentro da competência mental, que aspectos você destacaria como necessários para um bom árbitro?

Quais são os comportamentos ou atitudes que podem impedir/dificultar a progressão na carreira de árbitro de voleibol?

Teria algo a acrescentar acerca do processo de formação do árbitro de voleibol?

¹ Competências descritas por VELHO, Nívia M. em sua tese intitulada "Gestão por competência na construção de um modelo de formação para árbitros de futebol". Engenharia do Conhecimento / CTC/ UFSC. Florianópolis, SC:2010